

Só uma autarca se juntou aos 10% de mulheres que lideram câmaras



Ana Rita Dias, ex-número dois da Autarquia, tornou-se presidente em Vila Pouca de Aguiar, após a eleição em março de Alberto Machado

DADOS

Incompatível

Para além dos presidentes de Câmara, entram nas listas outros autarcas, como Miguel Pinto Luz, vice de Cascais e candidato da AD por Faro, agora ministro. A lei obriga à suspensão dos mandatos dos presidentes e vices para serem candidatos. São cargos incompatíveis com o de deputado.

Seguinte na lista

Em caso de morte, renúncia, suspensão ou perda de mandato de algum membro da Câmara em efetividade de funções, é chamado a substituí-lo o cidadão que se segue na lista que foi a sufrágio nas autarquias. O presidente é substituído pelo número dois.

Carla Soares
carlas@jn.pt

MUDANÇAS As mexidas no poder local provocadas pela eleição de onze presidentes de Câmara nas legislativas acrescentaram uma autarca às três dezenas de mulheres que lideram municípios. Ana Rita Dias assumiu o comando de Vila Pouca de Aguiar e juntou-se ao universo de mulheres que, no atual mandato, apenas ocupam cerca de 10% das presidências. Um cenário que se perpetua quando as listas continuam a privilegiar os homens também no segundo lugar. Vários especialistas defendem que é preciso ir para além da paridade de 40% (ler página seguinte).

Certa de que é necessário “reforçar a participação das mulheres”, na política e na sociedade em geral, também na lógica do “empoderamento feminino”, Ana Rita Dias contou ao JN que era vice-presidente desde outubro de 2013. Advogada de 44 anos, tem o

pelouro do Desenvolvimento Social. Agora, vai assumir matérias urbanísticas e financeiras, e competências inerentes à presidência, como por exemplo a proteção civil e os fundos comunitários.

AUTÁRQUICAS DE 2025 NA MIRA

A autarca do PSD, que passa a presidente com a saída de Alberto Machado, manterá especial atenção à vertente social, admitindo que as mulheres tenham “mais sensibilidade” para esta área. Neste desafio de continuidade, aponta ainda a fixação de pessoas como uma exigência do território de Vila Pouca de Aguiar. E também promete fazer valer a sua experiência no associativismo. Questionada sobre se espera ser cabeça de lista em 2025, assume “toda a disponibilidade”, mas remete para o processo de escolha interna.

Ana Rita Dias iniciou cedo o seu percurso político, com 14 anos, na JSD de Vila Pouca de Aguiar, integrando a direção de 2000 a 2008.

Naquele ano, entrou para a Concelhia do partido, ocupando o lugar de vice-presidente. De 2009 a 2013, foi deputada municipal.

DOIS SÃO SECRETÁRIOS DE ESTADO

Com as saídas para a Assembleia, e inclusive para o Governo, a presidência teve de mudar de mãos em onze municípios (ler ficha ao lado). Sairam três eleitos pelo PS e oito pela Aliança Democrática (AD), que tiveram de suspender funções para serem candidatos. E quase todos no último mandato. Os que não foram eleitos puderam regressar após a suspensão. As autarquias de 2025 já estão a mexer com os partidos, sobretudo onde os presidentes estão, ou estavam até agora, no seu último mandato.

Cabe ao presidente de Câmara designar, de entre os vereadores, o vice que o deve substituir em faltas e impedimentos. E, com a renúncia, tem de ser o número dois da lista a ocupar a presidência.

Da AD, foram eleitos oito e dois

deles foram anunciados como secretários de Estado: os autarcas de Santa Maria da Feira e Bragança, respetivamente Emídio Sousa (para o Ambiente) e Hernâni Dias (para a Administração Local).

Pelo distrito de Bragança, saiu Nuno Gonçalves, de Torre de Moncorvo. Por Vila Real, outros dois presidentes foram eleitos pela AD: para além de Alberto Machado, de Vila Pouca de Aguiar, também Amílcar Almeida, de Valpaços. Os outros autarcas eleitos pela candidatura de Montenegro são os de Ovar e Vagos, no distrito de Aveiro, respetivamente Salvador Malheiro e Silvério Regalado. Já Pedro Coelho, de Câmara de Lobos, na Madeira, foi eleito pela coligação PSD/CDS (sem PPM).

Eleitos pelo PS nas legislativas, passam o testemunho nas suas autarquias Luís Dias, Walter Chicharro e André Rijo, respetivamente nas câmaras de Vendas Novas (Évora), Nazaré (Leiria) e Arruda dos Vinhos (Lisboa). ●

Ana Rita Dias fica no comando de Vila Pouca de Aguiar, um dos 11 concelhos com substituição do presidente

POR CÍRCULO

Aveiro

Na Feira, o vice-presidente Amadeu Albergaria assumiu o lugar de Emídio Sousa. Foram ainda eleitos pela AD os autarcas de Ovar e Vagos: Salvador Malheiro deixa o lugar a Domingos Silva e Silvério Regalado a Paulo Sousa.

Bragança

Hernâni Dias é substituído em Bragança por Paulo Xavier, vice-presidente desde outubro de 2013. No lugar de Nuno Gonçalves, em Torre de Moncorvo, fica José Meneses, que assumiu a vice-presidência no início do ano.

Vila Real

Dois foram eleitos pela AD. Alberto Machado, de Vila Pouca de Aguiar, foi substituído por Ana Rita Dias. Amílcar Almeida deixa Valpaços nas mãos de António Medeiros, designado vice num despacho de 11 de março.

Évora

Pelo PS, o presidente de Vendas Novas, Luís Dias, tinha sido substituído por Valentino Salgado Cunha, presidente efetivo desde a renúncia.

Leiria

Na Nazaré (PS), sobe Manuel Sequeira para o lugar de Walter Chicharro.

Lisboa

Em Arruda dos Vinhos, o vice Carlos Alves ocupa o cargo deixado por André Rijo, o último eleito pelo PS neste círculo.

Madeira

No lugar de Pedro Coelho, autarca de Câmara de Lobos, que concorreu pelo PSD/CDS (sem PPM), fica Leonel Silva.



Rosa Monteiro critica a "síndrome do lugar das mulheres", que têm ficado em "terceiro, sexto e nono lugar"

Exigida paridade também nos primeiros dois lugares

Ex-secretária de Estado para a Igualdade e plataforma para os direitos das mulheres pedem alterações à lei para que possam ocupar cargos cimeiros

Carla Soares
carlas@jn.pt

APELOS As mulheres continuam a ser excluídas dos lugares cimeiros nas autarquias. E são, por norma, remetidas para os terceiros, sextos ou nonos lugares, denunciam especialistas nesta área, que defendem, por exemplo, a imposição da paridade nos dois primeiros nomes das listas.

Rosa Monteiro, ex-secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, que teve na sua alçada as novas leis da paridade em 2019, destacou ao JN que a inevitável negociação entre partidos no Parlamento deixou a legislação aquém do necessário. Foi garantida a paridade dos 40% em todas as autarquias. Mas lamenta que tenha ficado pelo caminho a proposta para que os dois primeiros lugares fossem também paritários. Uma alteração que, agora com a substituição dos au-

tarcas eleitos nas legislativas, teria feito diferença, com mais mulheres a ocuparem presidências. Mas os segundos lugares também continuam a ser domínio masculino e Rosa Monteiro critica a "síndrome do lugar das mulheres". "Meteram na cabeça que têm de ter o terceiro, o sexto e o nono lugares", criticou, considerando que os partidos "ainda não interiorizaram o espírito da lei". A seu ver, há que retomar o processo nesta legislatura para "tornar a lei ainda mais impositiva".

PLATAFORMA PROPÕE 50% Alexandra Silva, coordenadora de projetos na Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, diz que "o cenário atual da lei da paridade continua a ser errado". A estrutura defende uma paridade de 50%/50% (em vez de 40%) e lembra que as mulheres são cerca de 52% da população. Propõe "um sistema de ordena-

ção das listas 1+1, sucessivamente". Ou seja, uma alternância desde o primeiro lugar. Além disso, considera que essa paridade deve aplicar-se à liderança das candidaturas: mulheres a encabeçar metade das listas de cada partido nos 308 municípios. Já as substituições na equipa seriam por pessoas do mesmo sexo. A investigadora nota que o problema está nas escolhas dos partidos e na ordenação das listas, numa lógica que assenta "em redes informais ainda muito masculinizadas".

Mas os apelos vão para além das autárquicas, com Alexandra Silva a sublinhar que na sequência das eleições para o Parlamento, mesmo com aplicação da lei da paridade, a presença de mulheres continua a descer. Diz que passou de 39% para 37% de 2019 para 2022, e agora ronda os 33%. Do mesmo modo, nota "alguma desvalorização" na ordenação dos ministros.

A propósito, explica que há uma descida do segundo lugar (a ministra da Presidência em 2019, Mariana Vieira da Silva) para o sétimo em 2022 (ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes). Agora, regista a queda para o 15.º, com a ministra da Juventude e Modernização, Margarida Balseiro Lopes.

Mas os reparos são também ao programa de Governo porque, apesar das medidas dispersas e da preocupação com temas como disparidade salarial e violência doméstica, o capítulo sobre "Diversidade, Inclusão e Igualdade" é o último.

Para a investigadora, faltam medidas estruturais que "alterem o statu quo". Nas câmaras, critica os "estereótipos" que atribuem às mulheres áreas mais sociais e aos homens pastas como urbanismo. Nota, aliás, que saem das universidades mais mulheres arquitetas do que homens. ●



SABER MAIS

Peso sobe para 10,7% As mulheres que presidem a câmaras passaram de cinco em 1976 para 32 neste mandato (10,4% dos 308 municípios), tal como em 2017, incluindo três que subiram entretanto a presidentes. Com Vila Pouca de Aguiar, a representatividade sobe para 10,7%.

Pelouros

Uma investigação realizada por Miguel Ângelo Rodrigues e Adriana Santos de Carvalho, da Universidade do Minho, mostra que continuam a ser reservadas aos homens pastas como obras municipais e gestão financeira. Segundo as conclusões noticiadas pelo JN em julho de 2023, as vereadoras ficam mais com as chamadas áreas "soft", nomeadamente educação, saúde, cultura e ação social.

DADOS



é representação mínima de cada sexo nas listas aplicadas a todas as câmaras em 2019, em vez dos 33% fixados em 2006.



pelouros são atribuídos às mulheres nas obras municipais, contra 264 atribuídos a homens, com forte disparidade.

**Saídas de presidentes de câmara após
legislativas só beneficiam uma mulher** P.6e7
